

CONTABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL: ATIVOS E PASSIVOS AMBIENTAIS EM EMPRESAS, EM ALTA FLORESTA/MT, EM 2014-2015

BRUMATI, Débora Natalia¹
debora.brumati@hotmail.com

RESUMO

A questão ambiental vem chamando a atenção de empresários do mundo todo, cada vez mais conscientes de seu papel para o equilíbrio do meio ambiente. Visando a colaborar com a preservação ambiental, surge a Contabilidade Ambiental, ferramenta de gestão interna nas organizações. Esta, por sua, vez atua de forma a evidenciar os custos, despesas e receitas ambientais, proporcionando subsídios à empresa para a tomada de decisão. O objetivo deste trabalho é destacar a importância da contabilidade ambiental, identificando e divulgando os benefícios da mesma, entretanto, é um tema ainda a ser muito estudado. Além de ser um instrumento capaz de ajudar a organização a preservar o meio ambiente, cumprir a legislação, evitar prejuízos e crescer economicamente, a Contabilidade Ambiental contribui no sentido de identificar oportunidades estratégicas, obter vantagens competitivas e gerar valor às partes interessadas. Entende-se que as empresas necessitam adaptar as suas ações operacionais aos parâmetros exigidos pela legislação para não agredir ao meio ambiente, através de técnicas próprias da tradicional contabilidade, deste modo, a empresa contribui para evitar danos ao meio ambiente através da contabilidade ambiental. A pesquisa teve como método de abordagem o indutivo e como método de procedimentos foi aplicado o monográfico. Logo, a coleta de dados foi feita a partir de entrevistas, sendo utilizada a técnica pesquisa de campo. Usa-se, também, a técnica de pesquisa bibliográfica. A delimitação do universo da amostragem se deu a partir de duas pessoas, sendo uma que atua como chefe de pista no posto de gasolina e a outra que é contadora no escritório de contabilidade.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Gestão ambiental. Evidenciação contábil ambiental

ABSTRACT

The environmental issue has attracted the attention of entrepreneurs from around the world, these increasingly aware of their role in the balance of the environment. Aiming to contribute to environmental preservation, there is the Environmental Accounting, internal management tool in organizations. This in turn acts to highlight the costs, expenses and environmental revenues, providing subsidies to the company decision-making. The objective of this study is to highlight the importance of environmental accounting, identifying and disseminating the benefits of it, however, is an issue yet to be extensively studied. Besides being a tool to help the organization preserve the environment, comply with the law, avoid losses and grow economically, the Environmental Accounting helps to identify strategic opportunities, gain competitive advantage and create value stakeholders. Understand that companies need to adapt their operational activities to the parameters required by law not to harm the

¹ Acadêmica do segundo semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Direito de Alta Floresta (FADAF).

environment, through its own traditional accounting techniques, thus the company helps to prevent damage to the environment through environmental accounting. The research was to approach the inductive method and as a method of procedures was applied monographic. Soon the data collection was done through interviews and used field research technique. Also using the technical literature. The delimitation of the universe sampling occurred from two people, one that acts as track boss at the gas station, and the other is an accountant in the accounting office.

Keywords: Environmental accounting. Environmental management. Environmental accounting disclosure.

1 INTRODUÇÃO

Ainda terão muitas discussões no meio contábil até que se definam conceitos e procedimentos para melhor identificar e mensurar todos os custos e benefícios sociais resultantes das operações da empresa. O gerenciamento ambiental não pode separar e nem ignorar o conceito de ambiente empresarial em seus objetivos, pois o desenvolvimento deste conceito possibilita melhores resultados nas relações internas e externas, com melhorias na produtividade, na qualidade e nos negócios.

É necessário que a conscientização de que a humanidade necessita de um meio ambiente mais saudável, que só será possível perante a contribuição de cada um dos indivíduos do planeta, especialmente aqueles que, reunidos em uma atividade econômica, participem e organizem melhor a contabilidade para ajudar a suavizar os impactos ambientais e aumentar os lucros da empresa.

Diante disso, o tema dessa pesquisa é Ciências Contábeis. A Delimitação do Tema é a Ciências Contábeis e Posto de Gasolina Canindé e Escritório de Contabilidade Contec Líder, em Alta Floresta - MT. Já a problemática se coloca de acordo com a seguinte questão: Quais os procedimentos utilizados pelo Posto de Gasolina Canindé e Escritório Contec Líder, para contabilização de seus ativos e passivos ambientais em Alta Floresta, no período de 2014? A hipótese é que eles respeitam as leis ambientais.

Os objetivos para a realização deste estudo são: destacar a importância da contabilidade ambiental; identificar como a empresa pode utilizar a contabilidade no auxílio à gestão ambiental; destacar formas de reconhecer e mensurar os passivos ambientais. Isso se justifica pois a contabilidade e a gestão ambiental são amplamente discutidas em vários setores sociais e empresariais, pois é cada vez maior a preocupação em preservar o meio ambiente. Falar em resguardar o meio ambiente não é mais posição ou opção, está se tornando uma necessidade. Por isso, este trabalho se torna viável e interessante.

2 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

2.1 Metodologia

A pesquisa teve como método de abordagem o indutivo, pois, de acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 68), “a indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Ou seja, proporcionam somente alguma fundamentação da conclusão com dados particulares da empresa, mas não com respostas conclusivas podendo ser verdadeiras ou não. Como método de procedimentos, foi aplicado o monográfico, pois visa a, como pontuam Lakatos e Marconi (2010, p. 90), “examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos”. Aprofunda os conhecimentos sobre o conteúdo.

A coleta de dados foi feita a partir de entrevistas, com diálogos facilitando o entendimento. Assim, as entrevistas seriam, com base em Lakatos e Marconi (2010, p. 180), do tipo despadronizada, pois “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”. Sendo o trabalho organizado para que na hora da entrevista não haja contratemplos, para que não se perca na hora da entrevista, fazendo com que a pessoa a ser entrevistada entenda e responda corretamente, sem sair totalmente do assunto, sendo tudo realizado com o consentimento do entrevistado.

O estudo teve como técnica de pesquisa a pesquisa de campo, uma vez que ela se configura a partir do “objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 169). É interessante porque ajuda na formulação de respostas para os problemas que surgem, podendo as respostas serem ou não verdadeiras.

A técnica de pesquisa bibliográfica também foi importante nesse trabalho. “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob o enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 166). Leitura de obras de autores que tratam sobre o assunto do trabalho ampliam os conhecimentos e aprimoram o projeto.

A delimitação do universo da amostragem se deu a partir de duas pessoas, sendo uma que atua como chefe de pista, na sala onde o mesmo fica para atendimento das pessoas, no Posto de Gasolina Canindé, e a outra, que é contadora no escritório Contec Líder, sendo ambos em Alta Floresta, norte do Mato Grosso. A pesquisa foi realizada de abril até junho

de 2015, durante o dia. O tratamento dos dados coletados foi realizado com base nos autores estudados e nas pesquisas efetuadas.

2.2 Definição dos Termos: Contabilidade Ambiental

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, originou-se com o intuito de quantificar a riqueza humana, ou seja, o patrimônio. Ao longo dos séculos, ela vem acompanhando a evolução da economia e criando novas técnicas de identificação, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos e financeiros os quais causam mutações patrimoniais.

Atualmente, a contabilidade é considerada um sistema de informações que tem como objetivo auxiliar o gerenciamento das entidades, para que estas possam garantir sua continuidade. De acordo com Bernardo e Machado (2010), a contabilidade deve envolver tudo que se liga ao ambiente, pois a organização está implantada em um meio ambiente e seus atos, sendo eles positivos ou negativos, também estão sobre este meio e podem originar perdas ou ganhos que irão influenciar no desenvolvimento do patrimônio da entidade.

Para Marion e Iudícibus (2000, p. 53): “O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade”. Com isso, pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental - bens, direitos e obrigações ambientais - das entidades. E tem como objetivo fornecer aos seus usuários, interno e externo, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

Na análise de Martins e De Luca (1994, p.25):

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Na teoria, parece ser fácil o entendimento da contabilidade e sua aplicação, mas na prática são encontradas várias dificuldades as quais impedem e dificultam o seu uso, é preciso possuir informações desde onde e por que os investimentos estão sendo realizados, sejam estes na aquisição dos bens e ou nas obrigações que cabem à empresa, quando voltadas para

os impactos gerados ao meio ambiente, se tornando necessária, assim, a sua manutenção, fazendo um estudo para mitigar os impactos ambientais e consequentemente influenciar em sua recuperação e preservação.

Bergamini Júnior (1999, p. 4) enumera outros fatores que dificultam o processo de implementação da contabilidade ambiental:

Ausência de definição clara de custos ambientais; Dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo; Problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados; Falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, como por exemplo, no caso de uma usina nuclear; Reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios, dentre outros.

Na contabilidade ambiental, é aplicada a mesma metodologia contábil tradicional, acrescentando-se apenas a expressão “ambiental” nos termos originais, ou seja, na contabilidade ambiental, utiliza-se a mesma aplicação na empresa, sem modificações. A contabilidade ambiental também é uma ciência social, se modificando de acordo com as necessidades da sociedade.

Segundo Bergamini Junior (1998, p. 3):

A contabilidade financeira ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa quem impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que:

- a) os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; e.
- b) O desempenho ambiental tenha a ampla transparência que os usuários da informação contábil necessitam.

A contabilidade ambiental é composta pelos grupos das Contas patrimoniais: Ativo ambiental e passivo ambiental. E as Contas de resultado: receita ambiental e custos (despesas) ambientais. A contabilidade ambiental deve primar, portanto, pela elaboração e fornecimento de subsídios para a avaliação do desempenho das empresas e promover informações sobre seu relacionamento econômico com o meio ambiente.

2.2.1 Ativo Ambiental

De acordo com o que foi visto anteriormente, são considerados ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo. O capital circulante (capital de

giro) é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto e longo prazo.

Exemplos de ativos ambientais que se enquadram neste grupo: a) na conta disponibilidades, podem ser contabilizados os valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental; b) nos ativos realizáveis a curto e longo prazo, podem ser lançados os direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, quando relacionados com insumos do sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional.

No capital fixo, as contas ambientais podem ser divididas em: a) Investimentos: participação societária em empresas ecologicamente responsáveis; b) Imobilizado: bens destinados à manutenção do gerenciamento ambiental, por exemplo, filtros de ar, equipamentos da estação de tratamento de efluentes, etc.; c) Diferido: gastos em desenvolvimento de tecnologia “limpa” de produção que beneficiarão exercícios futuros, como, por exemplo, os gastos de implantação do Sistema de Gestão Ambiental para a certificação ISO 14001.

Para completar o grupo do ativo, vale destacar, também, o ativo ambiental intangível, que são bens ou direitos incorpóreos de difícil mensuração. Como exemplo, pode-se citar a certificação ISO 14001, que trará valorização da imagem e marca da empresa. O (Instituto Brasileiro de Contadores) - Ibracon (1996, p. 4) considera que:

São componentes dos ativos ambientais, no que se refere aos equipamentos adquiridos visando à eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; o gasto com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazo constituindo, a rigor, valores integrantes do ativo diferido, se envolver benefícios e ação que se reflita por exercícios futuros; e os estoques, quando relacionados com insumos de processo de eliminação dos níveis de poluição.

Sendo assim, para qualquer elemento do ativo tangível que tenha a extinção de sua vida útil acelerada ou a direta redução de seu valor econômico, no caso de terrenos e estoques, em função de alterações do meio ambiente, deveria ser constituída, de forma segregada, uma conta de provisão para registrar sua desvalorização, evidenciando nas notas explicativas sua origem e natureza.

2.2.2 Passivo Ambiental

. O passivo ambiental é o investimento que uma empresa deve fazer para que possa corrigir os impactos ambientais que são gerados em decorrência de suas atividades e que não tenham sido controlados no decorrer dos anos na realização de suas operações.

Para as empresas, o passivo ambiental representa risco financeiro, porque a empresa gasta com esses passivos fazendo com que reduza o seu patrimônio líquido, além de custos para manutenção, empresas que possuem um passivo ambiental muito alto acabam perdendo valor no mercado e lucratividade.

São numerosos os possíveis tipos de passivos ambientais, podendo estar presentes em alguns segmentos comerciais e industriais, seja no espaço urbano ou rural. Com isso, o passivo ambiental tem sido um tema que cada vez mais tem recebido a atenção das empresas tendo sido criadas diversas ferramentas para gerenciá-lo e controlar de acordo com o tipo de passivo ambiental que a empresa possui, para que não acabe gerando prejuízos para as empresas. “Passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental” (SANTOS et al., 2001, p. 92).

David (2003, p. 12) definiu passivo ambiental como um agrupamento de dívidas que o homem ou a empresa se envolvem por estar em discordância com a legislação ou com comportamentos ambientais propostos. O autor afirma ainda que:

Em muitos casos a geração de passivos ambientais poderá se dar de forma inconsciente, ou seja, a empresa não mensura de forma eficiente e eficaz sua reação com o meio ambiente, e em determinado momento é surpreendida, exemplificando, por um vazamento de óleo, ou contaminação por substância química como o mercúrio de uma comunidade. O peso que provavelmente irá recair sobre a empresa com toda certeza será enorme, e dependendo das capacidades desta, poderá ela não suportar.

Ou seja, a empresa tem que se prevenir caso aconteça algo que possa prejudicá-la, pois se o passivo atinge consequente o patrimônio e o ativo da empresa não suportará, fazendo com que a mesma chegue a situações que não consegue resolver. Por isso, se faz necessário que haja um bom gerenciamento, para que tais coisas não aconteçam, evitando, assim, prejuízos maiores.

Na opinião do Ibracon, “O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimento necessário para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial” (IBRACON, 1996, p.5).

Para que isso não comprometa a empresa, esta necessita fazer um estudo mais aprofundado sobre os passivos ambientais de maneira que seja realizada ao máximo possível a mitigação dos impactos ambientais, para que se tenha um investimento em reabilitação mínimo e sem multas.

2.2.3 Receita Ambiental

Receitas e despesas são termos de estudo da contabilidade e finanças. Faroni ET al. (2010) e o CPC (2011) definem receita como o acréscimo de benefícios econômicos na forma de aumentos de ativo e decréscimos de passivos, que resultam em aumento do patrimônio líquido da empresa.

Na concepção de David (2003), a receita seria o benefício conseguido na venda de resíduos e o que não se utiliza mais, e que seria jogado no lixo, caso a empresa não negociar estas sobras. É de grande valor observar que os mesmos procedimentos contábeis empregados pelos contadores na contabilidade tradicional têm possibilidade de servir na contabilidade ambiental. “Segundo os princípios contábeis como, oito, por exemplo, o da competência são premissas básicas para que a contabilidade ambiental esteja representando o ambiente real” (DAVID, 2003, p.7).

Com isso, objetiva-se buscar maneiras de aumentar a receita das empresas, tornando isso possível através da venda de restos de produtos que iriam para o lixo, ou até mesmo através da prestação de serviços da própria empresa, onde, segundo o IASC (International Accounting Standards Committee) (apud INDÍCIBUS e MARION, 2000, p.173), a receita pode ser definida como “o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que resulta em um acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital”, reforçando, assim, a ideia inicial de receita de Faroni, onde aumentam-se os ativos, diminuindo consequentemente os passivos e assim aumentando o patrimônio líquido da empresa.

No entanto, o objetivo principal da implantação da gestão ambiental não é gerar receita para a empresa, e, sim, desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais. Mas isto não impede que a empresa tire algum proveito econômico deste processo.

Na evolução histórica, o homem criou o desenvolvimento econômico e tecnológico sempre pensando em sua maximização do lucro, porém, desconsiderou o aspecto dos custos sociais e ambientais no processo de geração de riqueza.

Custos e despesas ambientais são gastos aplicados direta ou indiretamente no sistema de gestão ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa. Quando aplicados diretamente na produção, estes gastos são classificados como custos, e, se foram aplicados de forma indireta, são chamados de despesas.

Rocha e Ribeiro (1999, p. 42) assinalam que:

Os custos ambientais são gastos realizados pela empresa para reduzir ou eliminar os efeitos negativos do seu sistema operacional sobre o meio ecológico. Os investimentos nesta área tem recebido ênfase expressiva, necessitando, portanto, de ser incluídos nas estratégias da gestão econômica das empresas.

Com relação às despesas ambientais, Iudícibus (1993, p. 133) diz que: despesas, em sentido restrito, representam a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Note-se que a despesa pode referir-se a gastos efetuados no passado, no presente ou que serão realizados no futuro. De forma geral, pode-se dizer que o grande fator gerador de despesas é o esforço continuado para produzir receita.

É importante ressaltar, também, que os custos ambientais podem ser classificados como custos internos (privados) e custos externos (sociais). Custos internos são aqueles tradicionais contabilizados ao longo do processo produtivo, os quais servem de base para a determinação do preço de venda dos produtos. Ex.: matéria-prima, mão de obra, depreciação de equipamento, etc. Geralmente, as empresas não encontram maiores dificuldades em identificá-los e controlá-los.

Segundo Martins e Ribeiro (1995, p. 31):

Nunca se imputou, e ainda não se imputa à mercadoria produzida, todos os custos necessários à sua elaboração, pois a empresa agrupa ao seu custo de produção somente o valor de insumos que representam desembolso financeiro por parte da empresa, ou seja, aqueles pelos quais efetivamente ela paga. Não são computados gastos futuros que a sociedade terá para repor esses bens, menos ainda o quanto a sociedade sofrerá no futuro por não tê-los à disposição, quando não renováveis.

A identificação e mensuração dos custos sociais ainda são uma incógnita para a ciência contábil, por isso é que devem ser estudados com mais profundidade. Os custos ambientais compreendem todos aqueles gastos relacionados direta ou indiretamente com a proteção do meio ambiente e que serão ativados em função de sua vida útil. Pode-se verificar na evidenciação dos custos ambientais incorridos na fabricação dos produtos que permite a identificação da política adotada pelos administradores ou gestores para a questão ambiental.

Quando a gestão da empresa, ao fabricar seus produtos, demonstra preocupação com o consumo de recursos naturais através da adoção de medidas de proteção ambiental, aumenta a credibilidade e imagem em suas atividades, diminuída a probabilidade da empresa apresentar passivos contingentes ambientais. O passivo contingente pode originar-se da constante exposição ao risco da emissão não planejada de poluentes, o que irá provocar a necessidade de reparação ou recuperação por danos causados a terceiros ou ao meio ambiente.

Segundo Ribeiro (1998, p. 95), “considera-se como despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”. As despesas ambientais podem conter gastos relativos à mão de obra e insumos na definição de políticas e manutenção de programas e políticas ambientais, na estocagem dos insumos utilizados no controle ambiental, no treinamento específico para a proteção ambiental e na auditoria ambiental, entre outros.

Martins e de Luca (1994, p. 26) afirmam:

Os custos e despesas destinados à preservação ambiental ocorrem em ligação com o processo produtivo e/ou em decorrência deste; portanto, devem ser destacados em grupos específicos da DRE (demonstração de resultado do exercício) e compor-se de custos de insumos e de mão de obra necessária à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, bem como da amortização dos gastos capitalizados, além das taxas de preservação ou multas impostas pelas legislações ambientais.

Sendo assim, cabe à empresa pensar mais na parte ambiental e mitigar os possíveis problemas que virão a surgir futuramente, ou seja, reduzir ou adequar os riscos a valores aceitáveis, portanto, o que se deseja evitar não é a ocorrência do risco, mas sim a sua consequência.

2.3 Resultados e Discussões

Através das pesquisas realizadas na literatura, foi elaborado um plano de coleta de dados a partir do Posto de Gasolina Canindé e o Escritório de contabilidade Contec Líder, ambos localizados no município de Alta Floresta – MT. As entrevistas foram realizadas com o senhor Renato (que é chefe de pista no Posto de Gasolina Canindé) e com a senhora Maria Inês L. Rei. (que atua como contadora no escritório Contec Líder).

Na entrevista com o senhor Renato, foram abordados vários assuntos, onde foi questionado se, na empresa em que ele trabalha, a contabilidade ambiental é utilizada. Ele afirma que “sim, pois antigamente para construir um posto de combustível, muitos empresários não esperavam as licenças ambientais para dar início as suas atividades pela

demora da liberação das mesmas. Apenas tiravam uma licença na prefeitura para principiar às obras de construção, e posteriormente tentavam obter as licenças ambientais. Não havia uma cobrança maior por parte de órgãos ambientais, que hoje exigem uma gestão ambiental adequada para postos, seguindo leis vigentes, fiscalizadas por órgãos competentes de cada estado, que, no caso do posto, nós utilizamos a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente)”. A mesma pergunta foi feita para a senhora Maria Inês L. Rei, e ela respondeu: “sim”. Conforme citado anteriormente, Martins e De Luca afirmam que:

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Sendo assim, na prática, parece ser fácil o entendimento de como é a aplicada a contabilidade, mas quando começa a praticar, encontram-se várias dificuldades, pois é necessário que a empresa invista em recursos para a proteção ambiental, reafirmando assim as palavras ditas pelo responsável do posto, que apresentou a grande burocracia exigida para liberação de funcionamento da empresa, fazendo com que sejam apresentados dados desde os primeiros investimentos até as medidas finais para mitigar os danos ao meio ambiente.

Pensando neste aspecto, foi perguntado se a empresa tem adquirido peças, acessórios, máquinas e/ou tem modificado suas instalações que visam a preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, e o senhor Renato respondeu “sim, pois, em um posto, é preciso ter ciência dos investimentos necessários para a adequação ambiental. Ressaltou, ainda, que diversos aspectos devem ser analisados sob o ponto de vista de contaminação, como canaletas, tubulações, câmara de calçada de acesso à boca de descarga, filtro de óleo diesel, separadores de água e óleo e estufas. Todos os materiais que a empresa adquire têm que ter a nota fiscal, para comprovar que a empresa adquire matérias para a preservação do meio ambiente.” E a senhora Maria Inês L. Rei fez a seguinte afirmação, para a mesma pergunta: “Sim, pois o escritório passa informações aos clientes sobre as leis que eles devem seguir, para adequação de recursos para preservar o meio ambiente.” Confrontando a isso, Ibracon (1996, p.4) considera que os ativos ambientais:

No que se refere aos equipamentos devem visar a eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; os gastos com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazo constituindo, a rigor, valores integrantes do ativo diferido, se envolverem benefícios e ação que se reflete por exercícios futuros; e os estoques, quando relacionados com insumos de processo de eliminação dos níveis de poluição.

Ou seja, para uma empresa evitar prejudicar o meio ambiente, é necessário adquirir materiais e pensar formas para a eliminação de resíduos que prejudicam a natureza, sendo feito um estudo de caso sobre como desenvolver o trabalho da empresa de maneira que não prejudique o meio ambiente. Como exemplos, podem-se citar: as canaletas que escoam as águas do posto, os óleos utilizados que devem ser eliminados sem contaminar a terra e até mesmo os lençóis freáticos, manutenção dos reservatórios de combustíveis para que não enferrujem e furem perdendo-se, assim, combustível e consequentemente poluindo de forma drástica o meio ambiente.

Na entrevista foi perguntado se existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental. O senhor Renato respondeu o seguinte: “O capital utilizado é o da empresa, conforme aparecem as necessidades para adequação ou compra de materiais, é utilizado, não possui um capital só para o meio ambiente na empresa.” A senhora Maria Inês L. Rei responde para a mesma pergunta: “que depende de como a empresa é administrada, algumas empresas não possuem, sendo que, já outras possuem o capital, só que é destinado aos recursos ambientais”.

Ao serem questionados como são contabilizados os itens de natureza ambiental, Renato responde que: “Isso quem contabiliza é um escritório, cuja empresa contratou para fazer essa contagem.” Maria Inês L. Rei, contadora, disse que: “São contabilizados em cinco grupos, sendo eles: Ativos Ambientais (estoque de insumos, peças, acessórios etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e geração de resíduos; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc. adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando ao desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão se refletir no exercício seguinte. Passivos Ambientais (por passivo ambiental entendem-se as obrigações de entidades decorrentes de danos causados ao meio ambiente ou empréstimos a serem aplicados na área ambiental. Custos Ambientais (reciclagem de materiais, gastos com depreciação e amortização de ativos ambientais; gastos relacionados com a preservação e recuperação ambiental, como tratamento de efluentes, recuperação de áreas contaminadas ou degradadas; materiais utilizados na preservação ou recuperação ambiental; salários e encargos com pessoal empregado diretamente na área ambiental da entidade. Despesas Ambientais (os gastos relacionados com políticas internas de preservação ambiental, como: folders, cartazes, cartilhas e outros salários e encargos do pessoal empregado na área da política de preservação ambiental; gastos relacionados a treinamento na área ambiental como: horas-aula do instrutor e aquisição de material de

expediente; aquisição de equipamentos de proteção ambiental; despesa com compensação ambiental; despesas, com recuperação ambiental e danos ambientais; despesas com licença ambiental e despesas multas e indenizações ambientais. Receitas ambientais (prestação de serviço especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo; vendas de produtos reciclados; redução de consumo de matéria prima; redução de consumo de energia; redução do consumo de água e participação do faturamento total da empresa, em que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente”.

Assim, como já foi citado anteriormente, Bergamini Junior (1998, p. 3), em seus estudos sobre a contabilidade, afirma que:

A contabilidade financeira ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa quem impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que:

- c) os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; e
- d) O desempenho ambiental tenha a ampla transparência que os usuários da informação contábil necessitam.

Desta maneira, é possível perceber que a contabilidade pretende calcular o crescimento da empresa e também as suas contribuições e responsabilidades sociais. A contabilidade ambiental segue a mesma sequência da contabilidade tradicional já existente e, assim como relataram o responsável pelo posto e a contadora, bem com Bergamini, nota-se que o objetivo maior da contabilidade ambiental é identificar, calcular e esclarecer as movimentações financeiras relacionadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, informando assim a situação do patrimônio da empresa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo aborda este tema de grande importância para um mercado que está cada vez mais competitivo. Pois é possível constatar que, na atualidade, as preocupações para com o meio ambiente estão atingindo todos os segmentos da sociedade. Assim sendo, analisa a base da formação das empresas perante aos ativos e passivos em relação ao meio ambiente.

Verifica-se que a contabilidade ambiental, como ciência social, possui as técnicas e as ferramentas para alcançar as empresas, para auxiliá-las a enfatizar a visão e a preocupação ambiental como parte da estratégia para alcançar posição de destaque da empresa dentro do

mercado onde atua, sendo a contabilidade ambiental pouco diferente da contabilidade tradicional, com que muitos estão acostumados.

As empresas necessitam adaptar suas ações operacionais aos parâmetros exigidos pela legislação para não agredir ao meio ambiente e a contabilidade, por intermédio de técnicas próprias, dará ciência aos gestores de potenciais passivos ambientais, evidenciando as práticas através de relatórios internos e externos dos ativos e passivos ambientais. Todos os esforços aplicados, visualizáveis através dos ativos, passivos, custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental, deixarão claro para a sociedade o nível dos esforços que vem desenvolvendo com vistas ao atingimento dos seus objetivos, com a empresa contribuindo para evitar prejudicar o meio ambiente, juntamente com a contabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

- BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. **Contabilidade e Riscos Ambientais**. Revista do BNDES, 1998.
- _____. **Contabilidade e riscos ambientais**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro: v.6, n.11, junho de 1999.
- DAVID, Afonso Rodrigo. **Contabilidade Ambiental**. In: IX convenção de contabilidade do rio grande do sul- 2003.
- IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 - Balanço e Ecologia. 1996.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2^a ed., São Paulo: Atlas, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010
- LISBOA, Lázaro Plácido & RIBEIRO, Maísa de Souza, **Balanço social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, ano 28, nº 115, Jan/fev, 1999.
- MARTINS, Eliseu & RIBEIRO, Maísa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. IBRACON, boletim 208, São Paulo, 1995.
- _____. **Ecologia via Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, ano 23, nº 86, março 1994.

RIBEIRO, Maísa de Souza & MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. Abrasa, boletim 415, São Paulo, 1998.

SANTOS, Adalto de Oliveira. Et al. **Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras**. In: Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA – USP. São Paulo. V. 16. 2001.